

SUMÁRIO

PORTUGUÊS	17
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	17
→ ACENTUAÇÃO.....	17
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	18
→ ARTIGO	18
→ SUBSTANTIVO	19
→ ADJETIVO	20
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	20
→ PRONOMES PESSOAIS.....	22
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	23
→ ADVÉRBIO	23
→ PREPOSIÇÃO.....	24
→ CONJUNÇÃO.....	25
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	27
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	30
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	33
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	33
→ POLISSEMIA	37
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	37
→ SUJEITO	37
→ ORAÇÕES COORDENADAS	38
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	38
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	38
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	39
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC.).....	39
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	42
→ CRASE.....	45
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	47
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA).....	50
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC.)	51
→ TIPOS DE DISCURSO (DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE).....	54

→ FIGURAS DE LINGUAGEM	54
→ VÍCIOS DE LINGUAGEM (PLEONASMO, AMBIGUIDADE, CACOFONIA, ETC.)	55
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	55
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	77
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO	80

MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO 83

→ MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS	83
→ PROPRIEDADES DAS MEDIDAS DE POSIÇÃO (MÉDIA, MODA E QUANTIS).....	83
→ MÉDIA PARA DADOS AGRUPADOS POR VALOR.....	84
→ MÉDIA PARA DADOS EM CLASSE.....	84
→ MÉDIA PONDERADA	84
→ QUANTIS (MEDIANA, QUARTIL, DECIL, PERCENTIL) E INTERPOLAÇÃO LINEAR DA OGIVA	84
→ EVENTOS E ESPAÇO AMOSTRAL	85
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	85
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	85
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO	85
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	86
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	86
→ TEOREMA DE BAYES.....	86
→ DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES.....	86
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	86
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	87
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	87
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	87
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC.)	87
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	88
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	88
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	88
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	89
→ SISTEMAS DE NUMERAÇÃO (DECIMAL, BINÁRIO, HEXADECIMAL, OCTAL, ROMANO, CONVERSÃO ENTRE SISTEMAS).....	89
→ PORCENTAGEM.....	89
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	90
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	90
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	91
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	91
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO	91
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC.)	91

→ SISTEMA MONETÁRIO	92
→ LOGARITMO.....	92
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	92
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	93
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	93
→ PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	93
→ DEFINIÇÃO, INTERPRETAÇÃO GRÁFICA, INJETORA/SOBREJETORA/BIJETORA, PRODUTO CARTESIANO	93
→ FUNÇÃO DE PRIMEIRO GRAU	94
→ INEQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU (INEQUAÇÕES SIMULTÂNEAS, INEQUAÇÕES-PRODUTO E QUOCIENTE)	94
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU	94
→ FUNÇÃO EXPONENCIAL E INEQUAÇÕES EXPONENCIAIS.....	95
→ FUNÇÃO LOGARÍTMICA E INEQUAÇÕES LOGARÍTMICAS	95
→ RAZÕES E FUNÇÕES TRIGONOMÉTRICAS. CICLO TRIGONOMÉTRICO	95
→ MATRIZES	96
→ POLINÔMIOS E EQUAÇÕES POLINOMIAIS. EXPANSÃO DE BINÔMIOS. TRIÂNGULO DE PASCAL	96
→ PONTO, RETA, PLANO, SEGMENTOS DE RETA: PROPOSIÇÕES PRIMITIVAS, POSIÇÕES RELATIVAS	96
→ TEOREMA DE TALES	96
→ DEFINIÇÃO, MEDIDA, CONGRUÊNCIA, CLASSIFICAÇÃO DOS ÂNGULOS	97
→ ÂNGULOS ALTERNOS, COLATERAIS, CORRESPONDENTES, OPOSTOS PELO VÉRTICE	97
→ SOMA DOS ÂNGULOS INTERNOS DO TRIÂNGULO	97
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO	98
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC.).....	98
→ GEOMETRIA ESPACIAL	99
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	100
→ JUROS SIMPLES	100
→ JUROS COMPOSTOS.....	100
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA.....	101
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	101
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA-VERDADE	101
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	102
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	102
→ LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM	102
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	103

INFORMÁTICA

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO	105
→ PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR	105
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	105
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	106
→ CONCEITOS GERAIS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SISTEMAS DE ARQUIVOS.....	106

→ WINDOWS 10.....	106
→ LINUX / UNIX	109
→ WORD 2019.....	109
→ EXCEL 2019.....	110
→ POWERPOINT 2019	111
→ WRITER.....	112
→ CALC	112
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	112
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO	113
→ PROTOCOLOS DE REDES.....	113
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	113
→ INTERNET EXPLORER	113
→ MOZILLA FIREFOX.....	113
→ GOOGLE CHROME.....	114
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	114
→ WEBMAILS.....	115
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....	115
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	115
→ COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	115
→ GOOGLE WORKSPACE	115
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	116
→ FIREWALL E PROXY	116
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	116
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	117
→ DEMAIS RECURSOS (IDS, VPN, ETC.).....	117
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	117
→ BACKUP	117
→ MICROSOFT TEAMS.....	117
→ APLICATIVOS PARA VIDEOCONFERÊNCIA (ZOOM, MEETINGS ETC.).....	118

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS 119

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO.....	119
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	119
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	120
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	122
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	122
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	122
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	122
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	122
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	123

→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	123
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	123
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988).....	124
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	124
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	124
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	124
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	125
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	125
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	125
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	125
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	126
→ DISPOSIÇÃO GERAL (PROCESSO LEGISLATIVO, ART. 59 DA CF/1988).....	126
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988).....	126
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988).....	126
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	127
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988).....	127
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	127
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	128
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988).....	128
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	128
→ PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....	128
→ NOÇÕES GERAIS (ORDEM SOCIAL).....	129
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988).....	129
→ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988).....	129
→ DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 203 E 204 DA CF/1988).....	130
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	130
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988).....	130
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	130
→ DOS ÍNDIOS (ARTS. 231 E 232 DA CF/1988).....	131
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH).....	131
→ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP).....	132
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	132
→ SISTEMA AFRICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	132
→ FONTES, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS.....	133
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS).....	133
→ MEIOS DE PROTEÇÃO (ARTS. 33 A 73 DA CIDH-OAS).....	133
→ CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E TRATAMENTOS DEGRADANTES (DECRETO Nº 40/1991).....	134
→ DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3.....	134
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º DA LEI Nº 10.741/2003).....	134

DIREITO ADMINISTRATIVO137

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	137
→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	137
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	138
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	139
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	139
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	140
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	140
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	140
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO.....	141
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	142
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO.....	142
→ PODER REGULAMENTAR.....	143
→ PODER HIERÁRQUICO.....	143
→ PODER DISCIPLINAR.....	143
→ PODER DE POLÍCIA.....	144
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	144
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS).....	144
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	145
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	146
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS.....	146
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO).....	147
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	147
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	148
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO.....	148
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	148
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	148
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	148
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	149
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS.....	149
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS.....	149
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	149
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	149
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	150
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	151

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL153

→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL.....	153
--	-----

→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	153
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	153
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS (ART. 12 DO CP).....	153
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	153
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP).....	154
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	154
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP).....	154
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....	154
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP).....	154
→ ARREPENDIMENTO EFICAZ (ART. 15 DO CP).....	154
→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP).....	154
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP).....	155
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	155
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP).....	155
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	155
→ ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL (ART. 23, INCISO III, DO CP).....	155
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	155
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	155
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP).....	155
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	156
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP).....	156
→ CONCURSO DE CRIMES (ARTS. 69 A 76 DO CP).....	156
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 100 A 106 DO CP).....	156
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP).....	156
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP).....	156
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	156
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP).....	156
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149 DO CP).....	156
→ DOS CRIMES CONTRA A INVOLABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 150 DO CP).....	157
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	157
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP).....	157
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP).....	157
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216 DO CP).....	157
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP).....	157
→ DOS CRIMES DE PERIGO COMUM (ARTS. 250 A 259 DO CP).....	158
→ DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA (ARTS. 286 A 288-A DO CP).....	158
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	158
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP).....	158
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	158
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	158
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	159

→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	159
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	159
→ ABANDONO DE FUNÇÃO (ART. 323 DO CP).....	159
→ VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325 DO CP).....	159
→ DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (ART. 328 A 337-A DO CP).....	159
→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	159
→ INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	160
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP).....	160
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP).....	160
→ DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68 DO CPP).....	161
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP).....	161
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP).....	161
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP).....	161
→ DA CONFISSÃO (ARTS. 197 A 200 DO CPP).....	162
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	162
→ DOS DOCUMENTOS (ARTS. 231 A 238 DO CPP).....	162
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	162
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP).....	162
→ DO ACUSADO E SEU DEFENSOR (ARTS. 259 A 267 DO CPP).....	162
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 274 A 281 DO CPP).....	163
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	163
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP).....	163
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP).....	163
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP).....	163
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	163
→ ALCANCE DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ART. 394 DO CPP).....	163
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP).....	163
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP).....	163
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP).....	164
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP).....	164
→ LEI Nº 8.069/1990 - (DOS CRIMES - ECA, ARTS. 225 AO 244-B).....	164
→ LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS.....	164
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995).....	165
→ LEI Nº 9.296/1996 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	165
→ LEI Nº 9.503/1997 - CRIMES NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (ARTS. 291 A 312-B).....	165
→ LEI Nº 9.613/1998 - LAVAGEM DE DINHEIRO.....	165
→ LEI Nº 10.741/2003 - ESTATUTO DO IDOSO (CRIMES).....	166
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006).....	166
→ DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ARTS. 8º A 12 DA LEI Nº 11.340/2006).....	166
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	166

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL 169

→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10).....	169
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	169
→ DA AUSÊNCIA DAS PESSOAS NATURAIS (ARTS. 22 A 39)	169
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	170
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	170
→ DOMICÍLIO DAS PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS (ARTS. 70 A 78)	170
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ART. 79 A 97)	170
→ BENS PÚBLICOS (ARTS. 98 A 103).....	171
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114)	171
→ DA CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO (ARTS. 121 A 137) - ELEMENTOS ACIDENTAIS	171
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	171
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	172
→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	172
→ PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 212 A 232).....	172
→ DAS OBRIGAÇÕES DE DAR (ARTS. 233 A 246).....	172
→ PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL.....	173
→ CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS.....	173
→ DA POSSE E SUA CLASSIFICAÇÃO (ARTS. 1.196 A 1.203)	173
→ INTRODUÇÃO: TEORIAS, HISTÓRICO, NATUREZA E CONCEITO DO PROCESSO CIVIL.....	174
→ APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS (ARTS. 13 A 15).....	174
→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	174
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20).....	174
→ DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ARTS. 21 A 41)	174
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	175
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76).....	175
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	175
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	175
→ DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ (ARTS. 139 A 143).....	176
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 144 A 148)	176
→ DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ART. 149 A 175)	176
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181).....	176
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 182 A 184).....	176
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	177
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	177
→ DA CITAÇÃO (ARTS. 238 A 259).....	177
→ DAS CARTAS (ARTS. 260 A 268).....	178
→ DAS NULIDADES (ARTS. 276 A 283)	178
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311)	178
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	178
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342).....	179

→ DA RECONVENÇÃO (ART. 343)	179
→ DA REVELIA (ARTS. 344 A 346)	179
→ DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (ARTS. 358 A 368).....	179
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 369 A 380).....	180
→ DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA (ARTS. 381 A 383).....	180
→ DA CONFISSÃO (ARTS. 389 A 395)	180
→ DA PROVA DOCUMENTAL (ARTS. 405 A 438).....	181
→ DA PROVA TESTEMUNHAL (ARTS. 442 A 463)	181
→ DA PROVA PERICIAL (ARTS. 464 A 480).....	181
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	181
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538)	181
→ DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO (ARTS. 539 A 549).....	182
→ DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS (ARTS. 554 A 568).....	182
→ DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796).....	182
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008)	182
→ DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020).....	183
→ DO AGRAVO INTERNO (ART. 1.021)	183
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026)	183

LEI DE LICITAÇÕES.....185

→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/21).....	185
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	185
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	186
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021)	186
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	186
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021).....	187
→ DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021)	188
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	188
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	188
→ FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	189
→ GARANTIAS (ARTS. 96 A 102 DA LEI Nº 14.133/2021).....	190
→ PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 104 DA LEI Nº 14.133/2021).....	190
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021).....	190
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021)	191

ADMINISTRAÇÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....193

→ ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO).....	193
→ ADMINISTRAÇÃO.....	193

→ ADMINISTRADOR.....	193
→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	194
→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE	194
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	194
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	194
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	195
→ LIDERANÇA	195
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	195
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO.....	195
→ INTRODUÇÃO AO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS).....	196
→ CLIMA ORGANIZACIONAL	196
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	196
→ MOTIVAÇÃO.....	196
→ CONCEITO, PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA QUALIDADE.....	197
→ RELAÇÕES DE EQUILÍBRIO ENTRE INDIVÍDUO E ORGANIZAÇÃO	197
→ A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	197
→ DESEMPENHO	197
→ CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO PÚBLICO	198
→ TÉCNICAS/ESPÉCIES ORÇAMENTÁRIAS (ORÇAMENTO PROGRAMA, TRADICIONAL, PARTICIPATIVO, BASE ZERO, ETC).....	198
→ PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	198
→ PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964)	198
→ LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	199
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	199
→ CONCEITOS GERAIS (ORÇAMENTÁRIA E EXTRAORÇAMENTÁRIA, AFETAÇÃO PATRIMONIAL, REGULARIDADE, COERCITIVIDADE)	199
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA	199
→ CONCEITOS GERAIS SOBRE DESPESA PÚBLICA.....	200
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	200
→ DÍVIDA FUNDADA E DÍVIDA FLUTUANTE - CONCEITOS GERAIS.....	200
→ RESTOS A PAGAR (RAP).....	200
→ DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA)	201

REDAÇÃO OFICIAL.....203

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	203
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO)	204
→ VOCATIVOS	205
→ FECHOS E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	205
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	206
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO)	207
→ FORMATAÇÃO (PÁGINAS, TEXTO, NUMERAÇÃO)	207

→ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E MENSAGEM	208
→ CORREIO ELETRÔNICO (REDAÇÃO OFICIAL).....	208
→ VARIAÇÕES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS.....	209
→ JULGAMENTO DE TRECHOS QUANTO A CORREÇÃO (RED. OFICIAL)	209

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (VUNESP – 2023) O domínio dos conceitos de “Governo” e de “Administração Pública” é indispensável para compreensão de temas importantes do Direito Administrativo. Considerando o entendimento doutrinário sobre os institutos, é correto afirmar que

- a) “Administração Pública” é sinônimo de Estado.
- b) “Governo” é pessoa jurídica de direito público, titular de direitos e de obrigações.
- c) “Administração Pública” é o complexo de órgãos estatais verticalmente estruturados sob direção do “chefe do Executivo”.
- d) “Governo” pode ser entendido como atividade diretiva do Estado.
- e) “Administração Pública” é o conjunto de órgãos e agentes estatais pertencentes ao Poder Executivo.

2. (VUNESP – 2022) Segundo a doutrina, a definição de Estado em seu conceito amplo é premissa para a melhor compreensão dos institutos do Direito Administrativo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado Brasileiro adotou a teoria da dupla personalidade, mantendo a personalidade de direito público, quando atua no campo do direito público, e a de direito privado, quando atua no campo do direito privado.
- b) O Estado é composto por dois elementos originários e indissolúveis: o povo, que representa o elemento humano, e o território, que é a sua base física.
- c) A vontade estatal se manifesta por meio dos poderes administrativos, que são prerrogativas que a administração possui para a persecução do interesse público.
- d) As funções do Estado podem divididas entre função típica, aquela para a qual o Poder foi criado, e função atípica, que é secundária.
- e) Função pública, no âmbito jurídico pátrio, é a atividade exercida em nome e no interesse do Estado Brasileiro.

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

3. (VUNESP – 2024) Analise as situações concretas descritas a seguir e assinale a alternativa que corresponda a, respectivamente, um interesse público primário e secundário.

- a) Oferecer, gratuitamente, o direito à educação; defesa da Administração Pública em processo judicial para garantir vaga na creche às crianças da municipalidade.

- b) Cobrar multas administrativas; defesa da Administração Pública em execução fiscal.
- c) Defender seus interesses em juízo; dever de preservar o patrimônio público contra danos.
- d) Oferecer, gratuitamente, o direito à saúde; dever de estabelecer Vigilância Sanitária.
- e) Proteger os povos indígenas; estabelecer política de segurança pública.

4. (VUNESP – 2023) A respeito do princípio da supremacia do interesse público, é correto afirmar que

- a) a sua existência autoriza o gestor público a agir sem prévia autorização em lei.
- b) está expressamente previsto na Constituição Federal.
- c) está diretamente relacionado ao dever de o agente público não realizar condutas que impliquem em favorecimento pessoal a terceiros.
- d) é um princípio implícito da Administração Pública e considerado por parte da doutrina do Direito Administrativo como definidor do regime jurídico-administrativo.
- e) representa o dever de o gestor público, ao agir, observar todo o Direito e não apenas a lei em sentido estrito.

5. (VUNESP – 2023) Imagine que uma cidade esteja enfrentando uma crise hídrica e a Administração Pública decida adotar medidas duras emergenciais para garantir o abastecimento de água para a população, tais como (i) restrição de uso de água para atividades não essenciais, (ii) realização de obras emergenciais para coleta, tratamento e distribuição de água para as regiões mais afetadas pela crise, valendo-se da assinatura de aditivos contratuais com ampliação dos valores originais de contratos vigentes, entre outras medidas.

É correto afirmar nessa situação que a conduta da Administração visa materializar de forma direta o princípio da

- a) legalidade.
- b) probidade administrativa.
- c) impessoalidade.
- d) supremacia do interesse público.
- e) moralidade.

6. (VUNESP – 2023) Suponha que a prefeitura instituiu uma nova regulamentação que proíbe a realização de eventos em praças sem autorização prévia. O objetivo da regulamentação é garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos que frequentam essas áreas.

Com base no caso apresentado, assinale a alternativa que apresenta o princípio da Administração Pública cuja definição possua correlação direta com as razões utilizadas pela prefeitura para a expedição dessa regulamentação.

- a) Princípio da indisponibilidade.
- b) Princípio da reserva do possível.
- c) Princípio da segurança jurídica.
- d) Princípio da supremacia do interesse público.
- e) Princípio da razoabilidade.

7. (VUNESP — 2023) Do ponto de vista subjetivo, a Administração Pública pode ser considerada como

- a) o conjunto de pessoas jurídicas e órgãos estatais responsáveis pela realização das atividades administrativas e pelo exercício do poder estatal.
- b) o conjunto de atividades e processos que compõem a gestão dos recursos e serviços públicos.
- c) as pessoas jurídicas que integram a chamada Administração Indireta.
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- e) apenas o Poder Executivo, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

8. (VUNESP — 2023) O processo de constitucionalização do direito produziu, ao longo das últimas duas décadas, uma profunda rediscussão das bases dogmáticas dos ramos do direito. Isso se deu não apenas em função da inserção de inúmeros temas da vida no corpo da própria Constituição Federal, como também em virtude da reinterpretação dos institutos jurídicos em decorrência da supremacia formal e material da Constituição, que foi construída a partir de um paradigma democrático e que delegou aos direitos fundamentais um papel central na ordem jurídica.

Sobre os impactos desse processo no regime jurídico-administrativo, é correto afirmar que

- a) a supremacia do interesse público, a despeito de ter a estrutura de princípio jurídico, não pode ser ponderada com outros bens constitucionalmente tutelados.
- b) o interesse público deve ser identificado com a vontade do gestor público, como uma consequência do princípio democrático.
- c) a indisponibilidade do interesse público deve ser encarada como uma base do regime jurídico-administrativo e se confunde com a impossibilidade de se promover formas consensuais de resolução de conflitos administrativos.
- d) as garantias processuais dos indivíduos que litigam com a Administração devem ser relativizadas, quando a medida estiver fundada na supremacia do interesse público.
- e) para parte da doutrina, o princípio da legalidade deve ser interpretado como a necessidade de o administrador público estar vinculado ao Direito e este não se confunde com a lei em sentido formal.

9. (VUNESP — 2022) “Este princípio não encontra expressa previsão no texto constitucional, o que faz com que alguns autores o considerem inclusive incompatível com os direitos e garantias constitucionais e com o Estado Democrático de Direito. Há, no entanto, importantes autores que o consideram como pressuposto lógico de qualquer ordem social estável, justificando a existência de prerrogativas em favor da Administração Pública, tais como a presunção de legitimidade, os prazos processuais e prescricionais diferenciados, entre outras.”

Leia o trecho e identifique corretamente a respeito de qual princípio da Administração Pública ele se refere.

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da eficácia administrativa.
- c) Princípio da igualdade material.
- d) Princípio da livre iniciativa.
- e) Princípio da supremacia do interesse público.

10. (VUNESP — 2021) Com relação aos Contratos Administrativos, uma de suas características é a da supremacia da administração pública sobre o particular. Isso se revela por meio

- a) da penalidade ao desvio de poder.
- b) dos elementos compensatórios.
- c) da formalidade que os caracterizam.
- d) das cláusulas exorbitantes.
- e) da legalidade por meio da qual se comportam.

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

11. (VUNESP — 2023) A respeito dos princípios administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Foi a Emenda Constitucional nº 20/1998 que acrescentou ao caput do art. 37 o princípio da eficiência.
- b) A aplicação do princípio da impessoalidade não se relaciona, direta ou indiretamente, com o princípio da finalidade.
- c) A doutrina tradicional prega que o conteúdo do princípio da moralidade é idêntico ao da legalidade.
- d) O princípio da moralidade deve ser observado exclusivamente nas relações entre a Administração e os administrados em geral.
- e) O princípio da publicidade pode ser concretizado por meio do direito de petição, das certidões, bem como da ação administrativa ex officio de divulgação de informações de interesse público.

12. (VUNESP — 2023) Sempre que visualiza uma oportunidade, seja por meio de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, determinado servidor público busca veicular seu nome ou imagem para fins de promoção pessoal, infringindo, entre outros, o princípio da

- a) especialidade.
- b) proporcionalidade.
- c) motivação.
- d) publicidade.

13. (VUNESP — 2023) A respeito dos princípios do direito administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da impessoalidade pode ser concretizado pelo exercício do direito de petição.
- b) O princípio da eficiência deve ser observado em relação aos serviços administrativos internos dos entes federativos.
- c) Atualmente, a Constituição Federal elenca no rol dos princípios administrativos o da efetividade.
- d) O princípio da moralidade tem aplicação restrita ao âmbito do Poder Executivo e Legislativo.
- e) Entre os princípios expressos na Constituição Federal, está o da indisponibilidade do interesse público.

14. (VUNESP — 2023) Quando um governador comete um ato relacionado à indistinção entre os patrimônios público e privado, ele está violando o princípio da

- a) impessoalidade.
- b) moralidade.
- c) publicidade.
- d) eficiência.
- e) razoabilidade.